

**ATA**

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 - Vereador José Manuel Antunes** – Perguntou se era conhecida a percentagem de perdas na rede de distribuição de água e de que forma se tem lutado para minorar essa perda. Recordou que o Governo impõe, até 2015, que as entidades reduzam as perdas de água até 20%, dizendo que era importante saber se a VIMÁGUA está atenta a esta situação e se tem monitorizado essas perdas de água. -----

**2 - Presidente da Câmara** – Sobre a intervenção feita disse que não poderia, no imediato, fornecer a informação em concreto, pelo que iria remeter o pedido àquela entidade para que preste a informação. Recordou, a propósito, que a VIMÁGUA estava no topo das empresas de abastecimento de água, acrescentando, contudo, que o mais difícil estava ainda para vir, pois o Governo pretende juntar os sistemas ao nível nacional e harmonizar os preços. -----

**-----DELIBERAÇÃO-----**

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

**VOTO DE LOUVOR – VITÓRIA SPORT CLUBE – SECÇÃO DE BASQUETEBOL**

– Presente a seguinte proposta: “A Secção de Basquetebol do Vitória Sport Clube venceu, no passado domingo, em Fafe, a Taça de Portugal da modalidade, conquistando mais um título nacional para o desporto vimezanense. Trata-se da segunda Taça de Portugal conquistada nos últimos anos, o que traduz uma sustentação do valor competitivo das equipas vimezanas na modalidade e a realidade eclética do clube. A proximidade da cidade onde se disputou a final proporcionou a centenas de vimezanos a sua presença, numa manifestação de apoio e desportivismo que é merecido realçar. Pelas razões apontadas, proponho que a Câmara Municipal se associe a esta conquista desportiva e aprove um voto de louvor ao Vitória Sport Clube, aos seus atletas, treinadores, seccionistas e dirigentes.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do artigo publicado no jornal Diário do Minho, no passado dia 18 de março, referindo a economia do Ave como a segunda das três sub-regiões do país que registaram um aumento na produção de riqueza; **2** – Sobre a extinção da Fundação Cidade de Guimarães, disse que não entendia a forma de trabalhar do Governo, visto que a Resolução do Conselho de Ministros sobre as Fundações, publicada no passado dia 8 de março, refere a extinção da Fundação Cidade de Guimarães sem indicar as razões que estão na base desta decisão. Disse, então, que o único fundamento para a extinção daquela Fundação é o cumprimento e conclusão da missão de que foi incumbida em agosto de 2009, não existindo,



assim, qualquer outra razão que tivesse resultado da avaliação da generalidade das fundações. Informou, por fim, que, na sequência daquela Resolução, o Presidente da Fundação Cidade de Guimarães, Prof. Dr. João Serra, tomou uma posição já transmitida ao Presidente do Conselho Consultivo das Fundações, Dr. Rui Vilar, estando igualmente a Câmara Municipal a trabalhar um texto, que se encontra em fase de conclusão, para que se defenda e faça justiça ao trabalho realizado, dizendo ainda que, enquanto entidade co-fundadora, deve ser ouvida neste processo;

**3** – Relativamente ao que foi dito na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 15 de março, através do Presidente da Junta de Freguesia de Silves, esclareceu que já havia sido dada resposta ao e-mail remetido à Câmara Municipal pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária relativo ao assunto da insegurança rodoviária na Rua 25 de Abril, daquela freguesia; **4** – De uma informação dos competentes serviços municipais sobre o problema das inundações em habitações na Rua de Emigrante, freguesia de Sande S. Martinho, explicando as suas causas, bem como a complexidade da situação; **5** – Da resposta ao e-mail enviado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Silves sobre o ponto de situação da intervenção solicitada por aquela Autarquia na rotunda da Igreja, daquela freguesia; **6** – A propósito da sinistralidade rodoviária recordou um atropelamento ocorrido recentemente na freguesia de Conde, deste concelho, e do qual resultou um ferido grave; **7** – Do e-mail da diretora da Delegação do Porto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) congratulando-se com a iniciativa de plantação de árvores no Bairro da Emboladura, em Gondar, felicitando a Cooperativa Fraterna pelo trabalho de intervenção social que vem desenvolvendo, nomeadamente junto da população inquilina do

IHRU no concelho de Guimarães. -----

**Vereador José Manuel Antunes** - Perguntou se a Câmara Municipal estava disponível para resolver, de forma ativa, os assuntos que foram abordados pelos Presidentes de Junta na última sessão da Assembleia Municipal. -----

**Vereador José Torcato Ribeiro** - Disse ter ouvido as informações prestadas pelo Presidente da Câmara, entendendo tratar-se de intervenções que deveriam estar restritas aos 3 minutos concedidos aos membros deste órgão para apresentar as suas intervenções. -----

**Presidente da Câmara – a)** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que a Câmara Municipal sempre esteve e estará em defesa dos interesses dos munícipes; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, esclareceu que o Presidente da Câmara, no âmbito das informações que presta à Câmara Municipal sobre assuntos importantes, não está limitado aos 3 minutos de intervenção. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2013.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO - COMODATO - EB1 DE PAÇÔ VIEIRA, FREGUESIA DE MESÃO FRIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Agrupamento de Escolas Santos Simões vem solicitar a cedência do edifício da escola EB1 de Paçô Vieira, da freguesia de Mesão Frio, desativado no ano letivo 2011/2012, e do equipamento ali existente, para



desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres das crianças do pré-escolar e alunos do 1º ciclo do ensino básico, bem como apoio às respetivas famílias. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, e considerando que a Autarquia tem vindo a ceder edifícios escolares devolutos a diversas entidades, contribuindo assim para a implementação de valências culturais e sociais que se traduzam num efetivo enriquecimento da oferta de serviços às populações, será de deferir a pretensão do referido Agrupamento. Deste modo, em caso de concordância superior, poderá ser formalizada a cedência do identificado prédio através de contrato de comodato, a fim de satisfazer as necessidades do Agrupamento de Escolas Santos Simões, e demais população, tendo aquele Agrupamento pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a cedência ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, do equipamento constante da listagem em anexo, bem como do antigo edifício escolar Paçô Vieira, freguesia de Mesão Frio, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1884/20110322 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2025, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**DOAÇÕES – DOAÇÃO DE ESTANTES - CASA DA JUVENTUDE**

**DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Associação Casa da Juventude de Guimarães, através de e-mail datado de 4 de dezembro, solicita a oferta de 5 estantes para a colocação de roupa, calçado e brinquedos na sua Loja Social. Após deslocação ao armazém da Divisão de Património Municipal, constatou-se a existência do tipo de equipamento pretendido e que poderá ser disponibilizado. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à Casa da Juventude de Guimarães do equipamento melhor identificado na tabela abaixo descrita, tendo sido atribuído o valor total de €87,50. -----

Designação	Valor unitário	Valor total
5 Estantes metálicas com 5 prateleiras	€17,50	€87,50
<b>TOTAL</b>		<b>€87,50</b>

Em caso de deferimento, o assunto deverá ser submetido a aprovação do órgão executivo conforme disposto na alínea b), nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES – DOAÇÃO DE TERRENO À JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Estando em curso nos serviços de planeamento desta autarquia o projeto de Requalificação do Campo de Jogos de Aldão, a Junta de Freguesia de Aldão necessita, para o efeito, de duas parcelas de terreno, propriedade privada do Município, a fim de permitir a viabilização do projeto em causa, tendo obtido parecer favorável por parte da Divisão de Planeamento Urbanístico (DPU), desta autarquia. **Parcela 1:** Parcela de terreno, designada por **Lote 4**, sita no Lugar do Assento de Baixo, freguesia de Aldão, cedido no Alvará de



Loteamento nº 37/94, com a área de 1.507,50 m<sup>2</sup>, inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 467º, e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 183/Aldão, com o valor patrimonial de € 16.006,51. **Parcela 2**: Parcela de terreno com a área de 7.105 m<sup>2</sup>, sito no Lugar de Riba Rio, freguesia de Aldão, cedido no Alvará de Loteamento nº 34/99, com a área de 7.105 m<sup>2</sup>, inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 584º e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 375/Aldão, com o valor patrimonial de € 84.870,33. A parcela 1 destinar-se-á para ampliação do Campo de Jogos de Aldão, devidamente identificado em planta anexa (doc.1). Quanto à parcela 2, cuja área total é de 7.105 m<sup>2</sup> e que confronta com o cemitério paroquial, a Junta de Freguesia de Aldão, para dar cumprimento ao projeto acima identificado, necessita da área de 5.834,82 m<sup>2</sup> para posterior permuta com terreno propriedade de particulares, que confronta com o Campo de Jogos de Aldão, permitindo assim a ampliação deste equipamento desportivo. Todavia, para se proceder à doação de parte daquele terreno seria imprescindível a autonomização da parcela 2. Contudo, a autonomização pretendida é inexecutável uma vez que, não tendo o terreno qualquer acesso à via pública, não será possível o destaque. Deste modo, entende-se que a solução para a viabilidade da Requalificação do Campo de Jogos de Aldão passaria pela doação, à Junta de Freguesia de Aldão, da totalidade da parcela de terreno (7.105 m<sup>2</sup>), devidamente identificada em planta anexa (doc.2), ficando desde logo salvaguardado que a área de 1.270,18 m<sup>2</sup> se destinaria a futuro alargamento do cemitério paroquial, de acordo com informação prestada pela DPU, e eventualmente outras ações de enquadramento paisagístico e edificação de interesse para aquela autarquia, e a restante área de 5.834,82 m<sup>2</sup> se destinaria a

permutar com o proprietário do terreno, para ampliação do campo de jogos de Aldão. Assim, caso seja do interesse da autarquia, submete-se à consideração superior a doação, à Freguesia de Aldão, nos termos da alínea b), nº 6, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, os imóveis acima identificados, destinando-se a **parcela 1** para ampliação do Campo de Jogos, e a **parcela 2** destina-se a posterior permuta com o proprietário do terreno necessário à ampliação do Campo de Jogos (5.834,82 m²) e a futuro alargamento do cemitério paroquial e eventualmente outras ações de enquadramento paisagístico e edificação de interesse para aquela autarquia (1.270,18 m²). Será ainda de salvaguardar que dar-se-á o direito de reversão, a favor do Município, caso se verifique o desvio do fim acima indicado.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA ALIMENTAÇÃO E/OU GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2013 –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Educação: “Como é de conhecimento superior, foi aprovada, por deliberação em reunião de Câmara de 10 de janeiro de 2013, a proposta de atribuição de verbas às entidades (Centros Sociais, Freguesias, Agrupamentos de Escolas, etc.), que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares, para o ano civil de 2013. Assim, e a exemplo do ano transato, propõe-se que sejam formalizadas em protocolo as parcerias estabelecidas com essas instituições, que asseguram: o acompanhamento e vigilância de alunos em refeitórios com





confeção própria ou cantinas escolares com serviço de refeições transportadas, e/ou no transporte para almoço; a alimentação e gestão em refeitórios, em funcionamento em estabelecimentos de educação pré-escolar; o fornecimento de refeições, bem como o acompanhamento e vigilância no período de almoço, a crianças e alunos, cujos estabelecimentos de educação e/ou ensino não dispõem de refeitório escolar. Para apreciação superior, e posterior deliberação em Reunião de Câmara, junto se anexa listagem nominal das entidades e respetivas minutas dos protocolos.” As minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 10 DE JANEIRO DE 2013 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2013**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de fevereiro de 2013, que aprovou uma alteração ao valor da verba mensal atribuída à Junta de Freguesia de Gonça destinada à gestão do refeitório da EB1/JI de Gonça, instalado na sede de Junta de Freguesia, bem como ao acompanhamento e vigilância dos alunos do 1.º ciclo, uma vez que com a integração do JI de Igreja/Gonça no edifício da EB1, o serviço de refeições passou a ser prestado nas instalações do estabelecimento, passando a ser atribuída uma verba mensal no valor de €550,00 e não de €950,00 como havia sido deliberado em, reunião de 10 de janeiro de 2013, com efeitos a partir de fevereiro, inclusive. **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – EB 2,3 DE BRITEIROS E SOCIEDADE MARTINS SARMENTO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a

seguinte proposta: "A EB 2,3 de Briteiros solicitou a cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos no passado dia 13 de Março à Central de Compostagem de Riba d'Ave. Considerando que se trata de uma atividade de interesse pedagógico, deferi por despacho de 8 de Março o pedido, o qual coloco à ratificação da Câmara Municipal. A Sociedade Martins Sarmiento solicitou a cedência de um autocarro para efetuar o transporte de Investigadores no dia 15 de Março à Citânia de Briteiros. Considerando que se trata de uma atividade de interesse cultural, deferi por despacho de 8 de Março o pedido, o qual coloco à ratificação da Câmara Municipal." **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A CEDÊNCIA DE AUTOCARRO À EB 2,3 DE BRITEIROS. DELIBERADO POR UNANIMIDADE RATIFICAR A CEDÊNCIA DE AUTOCARRO À SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, não tendo o Vereador José Torcato Ribeiro participado na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais.**-----

**AÇÃO SOCIAL – EXCLUSÃO DA FRATERNA COMO ENTIDADE MEDIADORA/BENEFICIÁRIA NO CONCELHO DE GUIMARÃES NO PROGRAMA COMUNITÁRIO DE AJUDA ALIMENTAR A CARENCIADOS – PCAAC** – Presente a seguinte proposta: "Foi comunicado à Fraterna, através de uma Técnica do Centro Distrital de Braga da Segurança Social a exclusão desta IPSS, participada pelo Município em conjunto com mais 14 entidades, em grande parte instituições privadas de solidariedade social sem fins lucrativos, do conjunto de entidades mediadoras, e consequentemente beneficiárias, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenциados – PCAAC. Esta decisão do Diretor do Centro Distrital da Segurança Social vem pôr em causa um



apoio a cerca de 1 700 famílias, o que não pode deixar de exigir uma tomada de posição da Câmara Municipal, atendendo às nossas responsabilidades no apoio social no Município, e que são, em grande parte, exercidas pela Fraterna de um modo complementar com os serviços sociais municipais. A Fraterna – Centro Comunitário de Integração e Solidariedade Social, é uma régie-cooperativa classificada como IPSS em 1999 com o fim de contribuir para a eliminação das situações de pobreza no concelho de Guimarães, de dinamizar um serviço alimentar contra a fome e de promover a coesão social. São seus cooperantes, além do Município de Guimarães, várias instituições e cidadãos (lista em anexo). Desde 2005 a Fraterna tem vindo a funcionar como polo de receção, entidade mediadora e beneficiária no âmbito do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados – PCAAC, apoiando uma média aproximada de 1700 famílias por ano, tendo distribuído 2.000 cabazes em 2012. -----

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cabazes Bimestrais	2827	1595	1737	1683	1720	1680
Cabazes Pontuais	36	15	59	67	155	211
Cabazes de Natal	17	33	33	44	57	108

Fonte: Relatório Fraterna 2012. -----

De acordo com as normas orientadoras deste programa, que sempre respeitou, a Fraterna manifestou, a seu tempo, ao Centro Distrital de Braga da Segurança Social, a intenção de manter a tipologia de relação com a Segurança Social, no âmbito do trabalho desenvolvido até à data, no seu Banco Social. Esta manifestação de vontade, como sempre sucedeu e se exigia, não mereceu atempada resposta e a Fraterna foi excluída das reuniões que entretanto o Centro Distrital da Segurança Social realizou com IPSS do Distrito. Conhecendo o que se estava a passar, a Fraterna insistiu dando conta ao Diretor Regional da sua apreensão por ser excluída das referidas reuniões. A resposta chegou através de uma

técnica do Centro Regional que informou: 1. Que as entidades beneficiárias só poderão receber produtos desde que assumam o papel de Mediadoras de acordo com o atual "Guião de Procedimentos" do PCAAC; 2. Que o Centro Distrital entendeu "alargar o leque de Entidades Mediadoras, pondo fim à centralização numa única Entidade, como acontecia nesse Concelho", considerando que a atual situação socioeconómica conduziu as IPSS a "graves constrangimentos financeiros". Estas informações devem merecer o profundo desacordo da Fraterna e da Câmara Municipal, porque esta IPSS sempre cumpriu com os procedimentos do PCAAC e reúne todos os requisitos necessários para continuar a ser contemplada como entidade mediadora e consequentemente Beneficiária, pelas seguintes razões: a. Tem uma bolsa de famílias com uma capitação igual ou inferior ao valor da pensão social; b. Detém meios logísticos de apoio – armazenamento, acondicionamento e transporte e distribuição; c. Integra técnicos especializados e uma equipa multidisciplinar; d. Possui uma experiência de mais de 10 anos no terreno. A Fraterna tem vindo a desenvolver, através do seu Banco Social, um trabalho de grande relevância na distribuição de géneros alimentares às famílias mais desfavorecidas e no acompanhamento sistemático aos elementos que integram estes agregados familiares. A Fraterna nada tem a opor ao alargamento territorial do leque de Entidades Mediadoras, numa lógica de proximidade de serviços e de otimização de recursos. Contudo, tal alargamento não pode, de forma alguma, excluir a Fraterna, uma instituição que tem vindo a desenvolver, desde sempre, um trabalho que assenta na excelência reconhecida pela Segurança Social nas suas visitas de avaliação a este programa. O seu exemplo é pois respeitado pelas mais variadas instituições e por



atores políticos das mais diversas cores. Nunca foi colocada a questão política partidária acima, ao lado ou a par, dos problemas sociais que afetam pessoas concretas, que se traduzem em dramas humanos profundos, e sempre foi entendido que a pobreza não tem cor ou partido – tem é de ser combatida com todos os meios ao nosso alcance. A ação da Fraterna é objetiva e aponta para um só rumo: prestar apoio social aos que dele carecem, unindo esforços com todas as instituições no terreno, em atenção à rara gravidade da situação que muitas famílias atravessam, de longe o mais penoso contexto social com que nos debatemos em mais de 30 anos de vida pública. O trabalho em rede com as instituições do concelho e a sua empenhada intervenção são reconhecidos e respeitados por muitos e há muitos anos, e por isso não esperávamos a ostensiva omissão e rejeição da Fraterna neste programa. Pior que o desrespeito pela Fraterna é ignorar este trabalho em rede. Para além disso, esta postura do Diretor do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, contraria as orientações do próprio Governo e a conhecida posição do Sr. Ministro Pedro Mota Soares quando refere que “A efetivação de uma rede nacional de solidariedade vai ter de contar com todos. Apostamos na proximidade e na experiência – elegemos as autarquias como ponto focal e temos a humildade de pedir ajuda às instituições que em permanência garantem uma resposta social: as IPSS, as Misericórdias e as Mutualidades” (fim de citação). Concordamos com o Senhor Ministro ao considerar as autarquias decisivas neste processo, em diálogo com as restantes instituições em presença. É o que temos feito, com respeito e em parceria com os demais intervenientes. Esteve mal o Diretor Regional ao ignorar o nosso incontornável e imprescindível contributo numa área de intervenção tão sensível e na qual temos

assumido um papel tão relevante. A menos que exista desconhecimento por parte do Diretor do Centro Distrital de Braga, da natureza jurídica da Fraterna, de facto e de direito, e do trabalho que esta tem vindo a desenvolver no terreno, ou que outros interesses se tenham sobreposto à defesa da população mais vulnerável deste concelho, não entendemos nem aceitamos a atitude discriminatória de que a Fraterna está a ser alvo e que jamais esperaríamos de alguém com responsabilidades delegadas na área social. Considerando que a obrigação de um Estado de direito e democrático é o atendimento a todos por igual, procurando as melhores respostas às situações de emergência e de vulnerabilidade social em crescimento, num contexto atual de falta de meios, não é entendível nem aceitável a exclusão de respostas já organizadas como é caso da Fraterna. Nestes termos, proponho: 1. Que por esta via a Câmara Municipal tome conhecimento efetivo do que se está a passar; 2. Que seja manifestado o mais vivo repúdio pelo caráter discriminatório que uma entidade regional dependente do Governo da República, à revelia da orientação do Senhor Ministro da tutela, está assumir ostensivamente com a IPSS Fraterna; 3. Que seja solicitado ao Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social a reposição da justiça, corrigindo esta atitude prepotente do Diretor Regional da Segurança Social de Braga; 4. Que seja dado conhecimento desta tomada de posição às seguintes entidades: Sua Excelência o Senhor Presidente da República; Sua Excelência o Senhor Primeiro – Ministro; Sua Excelência o Senhor Presidente da Comissão Europeia; Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social; Líderes dos grupos políticos representados no Parlamento Europeu; Líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República; Sua Excelência



Reverendíssima Arcebispo Primaz de Braga; Presidente do Instituto da Segurança Social, IP; Coordenador Nacional do PCAAC; Presidente da CNIS (Confederação Nacional de Instituições Sociais); Presidente da UDIPSS (União Distrital de Instituições Particulares de Solidariedade Social).” A relação de cooperantes e respectivas participações dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Preocupados com a situação já referida na última reunião de Câmara pelo Sr. Presidente de Câmara, os vereadores do PSD solicitaram uma reunião à Régie-Cooperativa Fraterna, bem como ao Centro Distrital de Braga da Segurança Social, visando obter esclarecimentos sobre a situação sobre que nos pedem posição. Assim e a título de considerações prévias, os vereadores do PSD entendem dever censurar a manutenção de uma postura de guerrilha institucional que se percebe da deliberação que nos é dada para apreciação. Trata-se de uma situação que consideramos que não aproveita a ninguém, não contribui para o esclarecimento e não contribui para o clima de serenidade e responsabilidade que deveria regular uma matéria da importância da presente. Numa altura em que o nosso País, e o mundo em que vivemos, atravessa um período de enormes dificuldades, com o surgimento de novos focos de pobreza, muita dela envergonhada, exige-se de todos nós, enquanto responsáveis políticos, enquanto líderes de uma comunidade, uma postura de serenidade, de maturidade, de contributo para o esclarecimento e

não uma postura que possa dar a impressão de que esteja a ter lugar qualquer batalha político-partidária numa matéria que **nada** tem que ver – **nem pode!** – com partidos políticos. Se não tivermos cuidado com a discussão deste assunto e se mantivermos este registo bélico que não conduz a lado algum, estaremos a permitir que passe a impressão que estamos a fazer política com as necessidades dos mais carenciados, a usar politicamente as carências das pessoas, e isso, cremos que ninguém que diga ter princípios éticos e de sentido de responsabilidade, é capaz de fazer. Se não tivermos cuidado com a discussão deste assunto, estaremos a permitir que se crie na comunidade a impressão que à Câmara de Guimarães importa mais discutir quem dá do que quem recebe, estaremos a permitir que pareça que nos preocupamos mais com as entidades a quem está atribuída a responsabilidade de distribuir, do que com aqueles que todos nós queremos que não deixam de receber, em qualquer cenário, os alimentos no âmbito deste programa. **Dar sem esperar receber é dos princípios éticos e morais mais caros à nossa sociedade**. Posto isto, e antes de incidir sobre a proposta de deliberação, interessa refletir acerca da dúplice condição que detém a Fraterna, sendo simultaneamente uma Régie-Cooperativa (detida em 88,9% pela Câmara Municipal), e uma IPSS. Percebe-se do texto da deliberação que grande parte da posição que nos propõem assenta na circunstância de se considerar ser a FRATERNA uma IPSS. Que o é efetivamente. Mais rigorosamente, trata-se de uma Régie-Cooperativa equiparada a uma IPSS. Ou seja, tem todos os direitos e deveres inerentes a uma IPSS. O que é inequívoco. Mas é igualmente detida em 88,9% por uma entidade pública (Câmara Municipal) sendo precisamente por isso uma Régie-Cooperativa. Consideramos incongruente que qualquer





entidade detida maioritariamente pelo Estado possa ser equiparada a IPSS. Aliás, com franqueza, é essa mistura de posições que conduz a toda esta situação, e convenhamos que esse facto não ajuda na transparência de procedimentos que deve manifestamente existir. E há vários exemplos desta mistura que resulta do que acabamos de referir. Na própria reunião em que se debateu este ponto, o Presidente de Câmara não pôde participar, na discussão e votação, precisamente por se discutir e votar acerca duma entidade que é igualmente presidida por si. Aliás, o Presidente da Direção da Fraterna é o Presidente da Câmara Municipal, e a Diretora Executiva da Fraterna é simultaneamente Adjunta do Presidente de Câmara com o Pelouro da Ação Social. Aliás, se a FRATERNA fosse, como pretende fazer ver a Câmara, apenas uma mera IPSS, por que razão se discutiria a sua retirada do PCAAC em reunião de Câmara? Alguém admite como possível tamanha posição de força da Câmara Municipal se outra qualquer IPSS vier a ser removida do programa? Será que houve idêntica posição de abespinhamento quando foram removidas outras IPSS deste programa para ficar a FRATERNA em monopólio? Aqui chegados, cumpre analisar o texto da proposta de deliberação. 1 – Em primeiro lugar, diz-se que ***“Esta decisão do Centro Distrital da Segurança Social vem pôr em causa um apoio a cerca de 1 700 famílias, o que não pode deixar de exigir uma tomada de posição da Câmara Municipal”*** Este número é o que mais tem contribuído para lançar o alarme social em torno desta medida, pelo que a sua definição tem que ser absolutamente inequívoca. Não se pode lançar um número desta natureza, não pode lançar um alarme social com base numa frase desta natureza, sem que se tenha a certeza absoluta de que ele corresponde à realidade. Sob pena de estarmos a prestar um mau

serviço à forma séria com que todos devemos estar na política. Há um primeiro ponto que importa realçar. É que apesar do texto que citamos da proposta de deliberação dizer, claramente, que está em causa " *um apoio a cerca de 1 700 famílias*", é a mesma proposta que em baixo (5º parágrafo), refere o apoio a "*uma média aproximada de 1700 famílias por ano, tendo distribuído 2.000 cabazes em 2012*". O que se confirma pelo quadro em baixo. Ora, o número de 1.700 resulta dos números de cabazes bimestrais entregues no ano 2012, concretamente, foram distribuídos 1680 cabazes bimestrais (conforme se pode verificar do quadro), assim sendo, se como diz a própria deliberação, foram distribuídos 2.000 cabazes em 2012. Das duas uma: ou cada família recebeu apenas um cabaz por ano, ou então, como os recebem bimestralmente (de dois em dois meses) isso significa que são entregues 140 cabazes por mês, ou seja, significa que apenas 140 famílias são efetivamente contempladas com cabaz mensal, apenas parte municiada com alimentos advindos do PCAAC. Neste contexto, dizer que 1700 famílias estão colocadas em causa ou em risco, quando na realidade estamos a falar de 140 contemplados com o cabaz mensal, isto é, de 140 famílias numa base de apoio mensal, é uma diferença demasiadamente grande para podermos, com segurança, validar o que é dito pela Câmara nesta proposta de deliberação. Em todo o caso e independentemente de qual número esteja certo, parece claro que o número de 1700 se refere a cabazes e não a famílias, o que faz toda a diferença. E refere-se a cabazes atribuídos num ano inteiro, o que nada tem que ver com a frase "*Esta decisão do Centro Distrital da Segurança Social vem pôr em causa um apoio a cerca de 1 700 famílias, o que não pode deixar de exigir uma tomada de posição da Câmara Municipal...*". Por outro lado, tanto a Fraterna



quanto a Segurança Social afirmam que é à Segurança Social quem cabe, **exclusivamente**, identificar as famílias para obtenção dos géneros alimentares. Questionada, a Segurança Social afirma que apenas 348 famílias podem ser contempladas com este as atribuições alimentares, no âmbito deste programa alimentar. A Fraterna, por outro lado, afirma que as 1700 famílias, ou melhor, os 1700 cabazes anuais, contêm todos uma parte municiada pelos alimentos do PCAAC. Não podemos com segurança afirmar quem diz a verdade, mas uma vez mais, a disparidade nos números é demasiado grande, e é no mínimo reveladora de que este número com que se tem alarmado a sociedade vimaranense não é um número preciso e rigoroso, como tinha naturalmente que ser. 2 – Em segundo lugar, diz-se que as informações do Centro Regional da Segurança, que vêm citadas na deliberação *“devem merecer o profundo desacordo da Fraterna e da Câmara Municipal”*, no entanto, uns parágrafos em baixo, diz-se que *“A Fraterna nada tem a opor ao alargamento territorial do leque de Entidades Mediadoras, numa lógica de proximidade de serviços e otimização de recursos”*. Não conseguimos perceber. Não conseguimos perceber como se pode manifestar profundo desacordo à informação da Segurança Social que diz (ponto 2) que se deve *“alargar o leque de Entidade Mediadores, pondo fim à centralização numa única Entidade, como acontecia nesse Concelho”* dizendo dois parágrafos em baixo que *“A Fraterna nada tem a opor ao alargamento territorial do leque de Entidades Mediadoras, numa lógica de proximidade de serviços e otimização de recursos”* e ao mesmo tempo manifestar o profundo desacordo com essa proposta. Trata-se de deliberação absolutamente contraditória consigo própria, que temos alguma dificuldade em dilucidar. Diz uma coisa e o seu contrário logo em baixo. Da

informação da Segurança Social que se cita no texto da proposta de deliberação, resta o que é dito no ponto 1, que chama atenção para uma alteração ao "Guião de Procedimentos do PCAAC". Nesse caso trata-se de uma alteração legal, que a Segurança Social afirma ter existido, e que a Fraterna diz desconhecer. Não conseguimos igualmente perceber a qual das entidades assiste razão, mas ficou claro que a Segurança Social manifestou que esta nova regra veio obrigar a que as Entidades até aqui somente Beneficiárias, para o poderem continuar a sê-lo terão que ser igualmente Mediadoras, isto é, que de acordo com a referida alteração legal ou procedimental (no Guião de Procedimentos) uma entidade só pode continuar a ser Beneficiária se for igualmente Mediadora, donde resulta que as Entidades que até aqui beneficiavam das entregas no âmbito do PCAAC, só poderiam continuar a receber se fossem igualmente Mediadores. Ou seja, se a decisão da Segurança Social fosse pela manutenção da Fraterna como Entidade Mediadora única, como sucedia até aqui, tal equivaleria a impedir as restantes entidades de continuarem a ser Beneficiárias. Interessa explicar aqui que este programa PCAAC, determina o apoio tanto às famílias quanto às IPSS (trata-se de um apoio em géneros, ao invés de financeiro, às IPSS). Apoio este que sempre esteve previsto no programa e que, até aqui, era cumprido pela Fraterna que enquanto única Entidade Mediadora, distribuía pelas diversas Entidades Beneficiárias. Ora, se esta alteração legal ou procedimental implica que uma Entidade, para poder ser Beneficiária, tem que ser igualmente Mediadora, ou dito de outra forma, para poder receber alimentos do programa, tem que trabalhar, colaborando na distribuição e entrega dos mesmos às famílias carenciadas, parece claro que se todas estas Entidades não fossem colocadas como Mediadoras, estavam



automaticamente impedidas de ser Beneficiárias, o que, aí sim, seria de enorme impacto financeiro nas mesmas pois estão já acostumadas a ser recetoras dos alimentos do programa PCAAC. Pelo que a decisão seria ou retirar os alimentos a estas Entidades Beneficiárias, ou, para que elas pudessem continuar a recebê-los, colocá-las como Mediadoras, mantendo-se a situação que existia até aqui. Aliás, é importante dizê-lo, o argumento esse sim abjeto, de alguma afinidade político-partidária das novas Entidades Mediadoras, é além do mais assente em profunda ignorância na medida em que as novas Entidades Mediadoras são exatamente as mesmas entidades que já constavam como Beneficiárias quanto o programa era gerido pela Fraterna. A que se acrescentam duas (Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave e Associação de Apoio à Criança) e se retira uma (Salgueiral - SARC). Que, como se explicou em cima, adquiriram agora a condição de Mediadoras como única forma de fazer com que continuassem, como até aqui, a ser Beneficiárias na entrega de alimentos do PCAAC. Em conclusão, o que está em causa é a distribuição de alimentos no âmbito de um programa alimentar da União Europeia. O que esta decisão da Segurança Social parece implicar é apenas que as pessoas carenciadas, em vez de receberem os alimentos no âmbito deste programa através da FRATERNA, vão recebê-los através de um conjunto de IPSS. O que está em causa é uma decisão de repor a situação tal como ela se encontrava em 2006, isto é, de deixar que a distribuição esteja assente numa só entidade, voltando a estar assente num conjunto de entidades distribuídas pelo concelho, tal como até aí existia. Mas não está em causa que as famílias que eram apoiadas até aqui, deixem de o ser, nos mesmos moldes. **E isso é que importa verificar.** Deve ser nossa preocupação, essencialmente: Por um lado, assegurar-

nos que a entrega alimentar seja igualmente feita a quem dela necessita. Por outro lado, manter o decoro que esta situação nos exige, correspondente ao respeito que estas pessoas nos merecem, evitando a todo o custo criar o alarme social, sobretudo se for manifestamente infundado, porque isso já não seria responsável nem tolerável.” -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: “O Governo PSD/CDS está a chocar um ovo, o ovo da serpente de onde emergem ataques violentos contra o Estado. O ataque é feito em todas as frentes, da dita reorganização administrativa à lei das finanças e ao regime eleitoral, a reboque do famigerado memorando de entendimento rubricado com a *troika*, que de bestial passou a besta, de salvação do país a afundação do país, de acordo maravilhoso a acordo mal desenhado, de filho dileto a filhote abandonado na roda dos enjeitados. O sector empresarial local não escapou à fúria demolidora do estado social. Num ataque cego e autista, o Governo investe contra as empresas municipais, condenando as sobreviventes a um figurino por si determinado sem sustentação outra que não seja a da indemonstrada superioridade do modelo de gestão privada sobre a gestão pública. Também aqui os critérios financeiros são o argumento único, ignorando a história, os antecedentes, o sentido de serviço público. Como muitas vezes acontece, os aprendizes esforçam-se por dar nas vistas indo mais longe e mais fundo do que os mestres, num processo violento de agradar. Apesar das nossas dúvidas e reservas sobre a utilização indevida de empresas municipais, a decisão de impedir a Fraterna de desenvolver a sua atividade nos moldes em que o vinha fazendo, com reconhecida competência e aceitação, insere-se numa visão ideológica própria da direita cavernícola para quem



tudo o que cheire a sector público tem de ser varrido da história. Mas mais grave do que essa misoginia política é a falta de sensibilidade com as pessoas a quem a Fraterna serve, a quem a Fraterna acompanha, obrigadas violentamente a procurar apoio numa instituição diferente, onde, muitas vezes, se pratica a caridade como se solidariedade fosse, nem sempre com o devido respeito pela dignidade humana, tratando pessoas como almas perdidas. Todos os utentes da Fraterna saberão que a Fraterna é da Câmara e se no seu íntimo quiserem agradecer a alguém, agradecem à Câmara, obviamente. Pretender estabelecer uma correlação entre esta consciência e a tomada de decisão política é arriscado e difícil de demonstrar. Só mentes diabólicas ousam dar isso por provado, partindo de tal premissa para concluírem que alguém se aproveita eleitoralmente da situação. Daí o quererem inverter o processo, retirando à Fraterna para dar aos privados, o mesmo é dizer retirar ao PS para dar ao PSD e CDS. Por tudo o exposto, só podemos estar contra os que acusando a CDU de valorizar a ideologia, são mais dogmáticos, fundamentalistas e sectários do que a CDU. E estar contra a perseguição à Fraterna é estar do lado dos mais desprotegidos, é estar do lado da solidariedade, é estar do lado das vítimas da política reacionária do Governo PSD/CDS e dos seus braços distritais.” -----

Os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de manifestação a várias entidades nacionais e europeias do repúdio pela exclusão da cooperativa “Fraterna” da sua participação no Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), instituído pelo Governo da República, pelas razões constantes do texto da proposta, suficientemente

expressivas, e ainda por: A "Fraterna", sendo uma cooperativa de interesse público nos termos do Decreto – Lei nº 31/84, de 21 de Janeiro, foi classificada como IPSS em 1999, há catorze anos, sem quaisquer dúvidas ou restrição no âmbito da sua intervenção, e é membro, com igual estatuto de todas as suas congéneres, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e da União Distrital de Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS). A exclusão da "Fraterna" do PCAAC não pode ser assim explicada com qualquer argumento de ser uma instituição participada por uma entidade pública – o Município – dado que não há na lei qualquer distinção entre IPSS exclusivamente privadas ou com participação pública. Mas, a ser contemplado tal argumento, tal corresponderia a um princípio ideológico que pretende a "superioridade do modelo de gestão privada sobre a gestão pública numa visão ideológica própria da direita cavernícola para quem tudo que cheire a setor público tem de ser varrido da história", como afirmou o Senhor Vereador Torcato Ribeiro, da CDU, na discussão da proposta, que igualmente repudiamos. Ficou assim demonstrado que a exclusão da "Fraterna" se deveu a argumentos ideológicos e de interesse político – partidário, que deviam envergonhar quem exerce cargos públicos, e nomeadamente nas áreas do apoio social de que carecem os mais desprotegidos e necessitados. Se esta questão pode ser classificada de "guerrilha", muito o lamentamos, mas tal teve unicamente origem na postura do Centro Distrital de Segurança Social e não em qualquer ato da Câmara Municipal ou da "Fraterna". Igualmente foi equívoca, e pretendeu tirar conclusões falsas, a argumentação utilizada de que o PCAAC não abrange o número das 1 700 famílias indicadas, no texto da proposta, como sendo afetadas pela decisão de exclusão da "Fraterna" do referido





programa. A “Fraterna” apoiou em 2012 as referidas 1 700 famílias e, pelo acréscimo de dificuldades sociais que Portugal irá sofrer em 2013, irá no corrente ano ter de responder a necessidades ainda de um maior número. O PCAAC, como programa criado pelo Governo, era uma parte integrante dos apoios prestados e a sua retirada à “Fraterna” vai atingir toda a planificação global do apoio prestado e a todos afetar. Na discussão ocorrida, ficou clara a razão do repúdio pela exclusão da “Fraterna”, a sua total injustificação, e a consequente importância do alerta que devemos comunicar a todas as entidades superiores a que nos dirigimos, com a esperança que a decisão possa ser revogada e reforçadas as condições para os apoios que a “Fraterna” presta e que infelizmente são tão necessários para milhares de Vimaranenses.” -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**